

Relatório e Contas de 2017

Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório de Gestão

1

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE GESTÃO E ACTIVIDADES DE 2017

I. Enquadramento geral da actividade desenvolvida em 2017

A AGE COP encarou 2017 como um ano de consolidação das receitas obtidas ao abrigo da “nova” Lei da Cópia Privada (que entrou em vigor em 5 de Julho de 2015) e de concretização dos objectivos propostos. A cobrança da compensação equitativa, à semelhança do verificado em 2016, voltou a ter uma evolução positiva, tendo sido registado um crescimento na ordem dos 15%, garantindo, assim, os interesses de todos os seus Associados e, por conseguinte, dos titulares de direitos.

Os montantes distribuídos demonstram bem a eficácia dos procedimentos, sistemas e ferramentas implementados que permitiram facilitar as declarações e otimizar as cobranças pelo que se deve continuar a apostar no seu permanente acompanhamento, reforçando a capacidade de resposta aos novos desafios.

No ano de 2017 a AGE COP manteve um contacto activo junto da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, promovendo reuniões, acções de formação e sessões de esclarecimento. Foi dado particular ênfase à actividade de apoio à fiscalização e prevenção de fraude.

A AGE COP participou também na reunião da Comissão de Acompanhamento da Lei da Cópia Privada, que visou efectuar um balanço da sua aplicação e onde a AGE COP teve oportunidade de transmitir a sua preocupação com alguns temas, nomeadamente no que se refere às isenções nas exportações. Atendendo a todas as questões envolvidas e ainda ao facto de não ser exigível à AGE COP manter a contingência de efectuar reembolsos ou conceder créditos indefinidamente, foi decidido efectuar um

melhoramento do sistema e dos procedimentos existentes, enquanto se aguarda por uma clarificação por parte da Tutela.

Ainda em 2017, e na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 100/2017 e de modo a dar cumprimento ao mesmo, a AGE COP teve de proceder às respectivas adaptações e alterações dos seus Estatutos e dos seus Regulamentos.

O objectivo fulcral da Associação foi, é e continuará a ser a defesa dos interesses dos seus Associados pautando-se sempre pelo rigor e pela transparência no desenvolvimento e prossecução da sua actividade.

II. Análise das cobranças das compensações equitativas

No que respeita às cobranças das compensações equitativas previstas na Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, actualizada pela Lei nº 49/2015, de 5 Junho, efectuadas ao longo do ano de 2017, são de destacar os seguintes dados:

- 13.591.336,99 euros de compensações equitativas declaradas pelas entidades competentes e posteriormente debitadas pela AGE COP – mais 15,01% do que o valor alcançado em 2016 (11.817.816,72 euros). O Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual foi responsável por 85,32% do total de compensações equitativas debitado (11.596.764,24 euros), cabendo ao Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica os restantes 14,68% (1.994.572,75 euros).
- No que concerne aos recebimentos efectivos, independentemente do trimestre a que respeitam, registaram, em 2017, o valor total de 13.549.636,22 euros – mais 14,88% do que em 2016 (11.794.583,61 euros). O Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual foi responsável por 85,23% do total recebido

(11.548.581,79 euros) e o Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica por 14,77% (2.001.054,43 euros).

Os valores cobrados no ano de 2017 encontram-se melhor detalhados, por mês, no **anexo 1**.

A AGECOP crê que este acréscimo, verificado, essencialmente, nos valores referentes aos dois primeiros trimestres do ano, está directamente relacionado com um conjunto de condições extraordinárias, associadas à retoma da economia Portuguesa, ao aumento do índice de confiança dos consumidores, à realização de eventos como a Web Summit e a outros factores inerentes ao sector.

É de destacar, também, a **actividade de apoio à fiscalização e prevenção da fraude** desenvolvida pela AGECOP, no ano em análise, que resultou em 86 participações à IGAC de entidades que, alegadamente, não estariam a cumprir com a Lei da Cópia Privada.

As acções levadas a cabo, que consistiram tanto em verificações efectuadas no terreno, em todo o território nacional, como na pesquisa de websites (tendo sido analisados, no ano, um total de 634) resultaram, até 31 de Dezembro, em 13 novas entidades declarantes, o que se traduziu numa cobrança efectiva na ordem dos 82.644,00 euros. Não estão, obviamente, contabilizados, por impossibilidade de estimativa, os aumentos de receitas devido ao efeito de dissipação de fraude como consequência indirecta das actividades de fiscalização. Apesar do resultado de cobranças directas ser significativo, considera-se que o mesmo está muito abaixo do potencial associado às denúncias efectuadas e, certamente, muito abaixo do potencial total do mercado. Deste modo, permanece como um imperativo a promoção de acções de sensibilização para o cumprimento da Lei junto dos agentes económicos e a

implementação de procedimentos de fiscalização e de prevenção de fraude de forma efectiva.

Apresentamos de seguida a evolução dos valores debitados pela AGE COP, no âmbito das compensações equitativas pela cópia privada, previstas na Lei nº 62/98, nos últimos 5 anos (valores em euros).

AGECOP

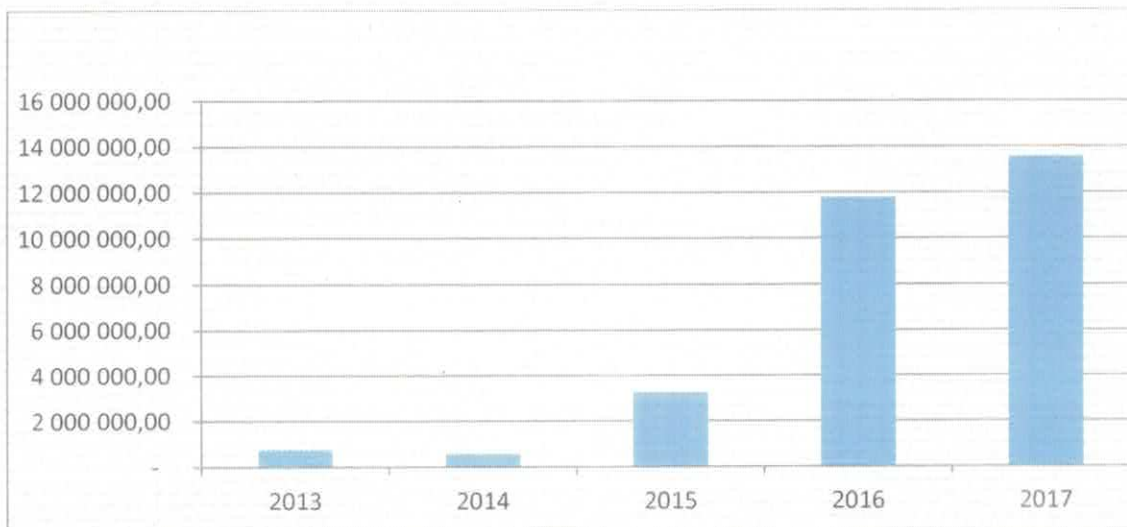
Compensações equitativas - valores debitados 2013-2017

	2013	2014	2015	2016	2017
DCSA 1)	784.612,88	592.810,66	2.677.782,95	9.851.431,82	11.596.764,24
DCGR 2)	10.942,96	6.829,95	609.101,84	1.966.384,90	1.994.572,75
Total	795.555,84	599.640,61	3.286.884,79	11.817.816,72	13.591.336,99

1) Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual

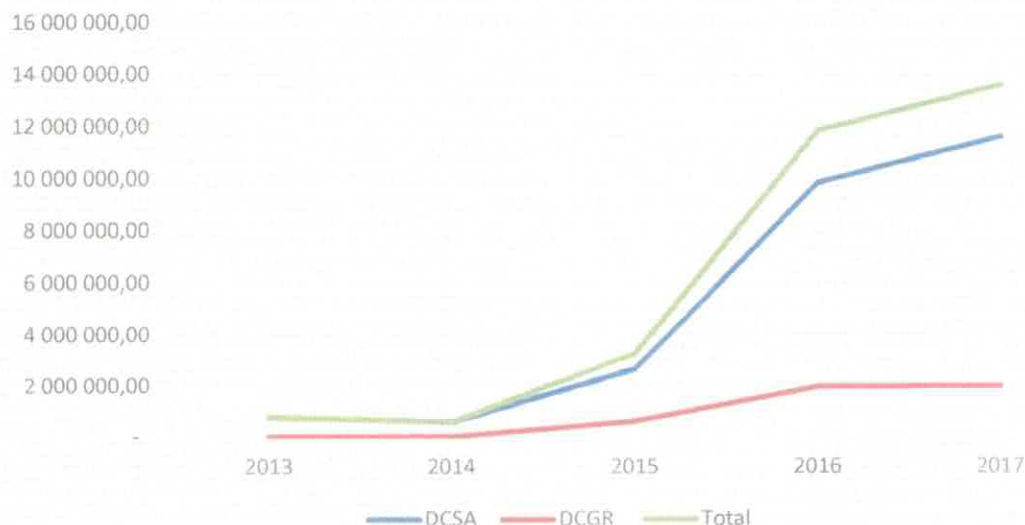
2) Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica

Total de compensações equitativas debitadas 2013-2017



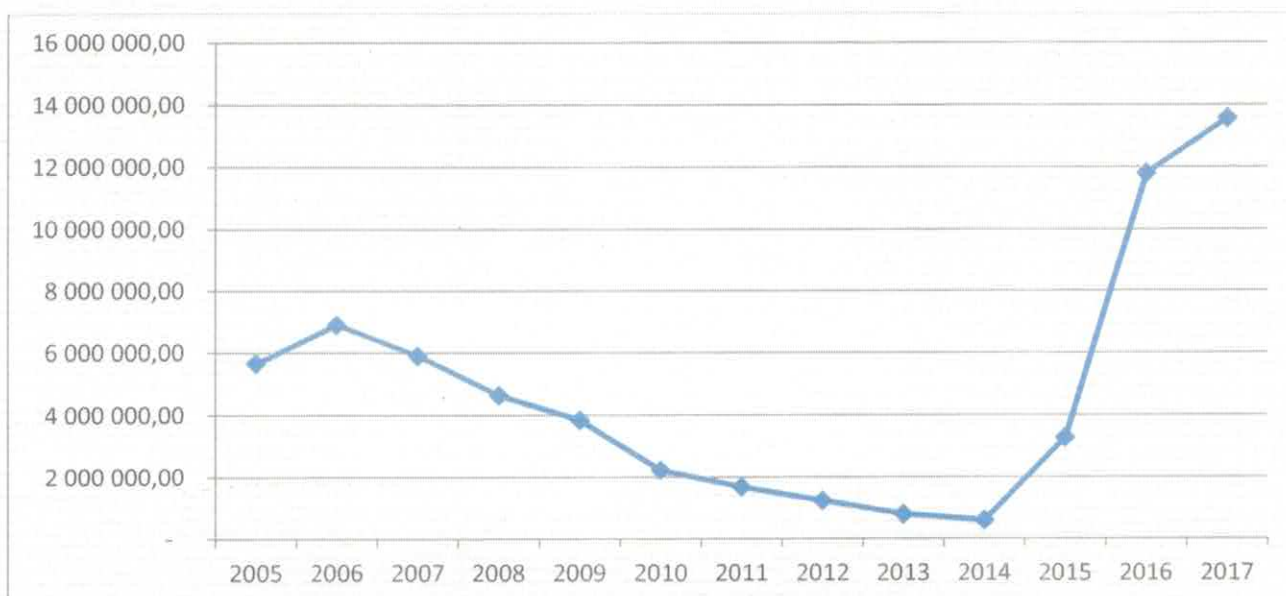
Handwritten signatures and initials:
Hil
P...
Ph...
del...

Compensações equitativas debitadas por Departamento 2013-2017



Para uma visão mais global da actividade de cobrança das compensações equitativas pela cópia privada, apresentamos o gráfico abaixo que reflecte a evolução verificada entre 2005 e 2017 (valores em euros).

Total de compensações equitativas debitadas 2005-2017



Handwritten signatures and initials:
-6-
Hil
P...
A...
A...
A...

Passemos agora a uma análise mais pormenorizada das cobranças verificadas em 2017, para cada um dos Departamentos.

O Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual registou a seguinte evolução:

DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL

Compensações equitativas - Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei nº 49/2015, de 5 de Junho

Euros

Períodos de referência	Valores debitados			Valores recebidos			Ratio de cobrança
	2016	2017	Total	2016	2017	Total	%
Compensações equitativas nº 4, art.º 3º							
Períodos anteriores	183 501,52	20 498,18	203 999,70	192 989,98	20 424,22	213 414,20	
4º trimestre de 2015	2 936 886,33	26 852,47	2 963 738,80	2 934 255,46	26 713,23	2 960 968,69	99,91%
1º trimestre de 2016	1 996 484,91	26 904,23	2 023 389,14	1 995 509,91	27 220,52	2 022 730,43	99,97%
2º trimestre de 2016	2 058 610,99	28 675,72	2 087 286,71	2 057 134,72	29 692,61	2 086 827,33	99,98%
3º trimestre de 2016	2 675 948,07	28 513,47	2 704 461,54	2 655 650,43	42 821,43	2 698 471,86	99,78%
4º trimestre de 2016		3 265 112,07	3 265 112,07		3 264 658,61	3 264 658,61	99,99%
1º trimestre de 2017		2 449 553,84	2 449 553,84		2 425 542,78	2 425 542,78	99,02%
2º trimestre de 2017		2 783 904,58	2 783 904,58		2 759 933,02	2 759 933,02	99,14%
3º trimestre de 2017		2 966 749,68	2 966 749,68		2 951 575,37	2 951 575,37	99,49%
Total	9 851 431,82	11 596 764,24	21 448 196,06	9 835 540,50	11 548 581,79	21 384 122,29	99,66%
Varição anual			1 745 332,42			1 713 041,29	
			17,72%			17,42%	

O ano de 2017 confirmou ser um ano de consolidação da aplicação da “nova” Lei da Cópia Privada, tendo a evolução no Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual acompanhado a evolução positiva do mercado. Assim, em 2017 o Departamento registou um total de débitos de compensações equitativas de 11.596.764,24 euros, mais 17,72% do que em 2016, com 9.851.431,82 euros. Quanto aos valores recebidos, os mesmos totalizaram 11.548.581,79 euros, verificando-se um acréscimo de 17,42% face a 2016, com 9.835.540,50 euros.

Quanto ao ratio de cobrança face aos valores declarados, o mesmo situa-se, em média, nos 99,66 %.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten notes:
 Hil
 P. 22
 1/10/2017
 16/11

Quanto ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**, apresentou a seguinte evolução:

DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA
 Compensações equitativas - Lei 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei 49/2015, de 5 de Junho

Períodos de referência	Valores debitados			Valores recebidos			Ratio de cobrança %
	2016	2017	Total	2016	2017	Total	
Compensações equitativas nº 2, art.º 3º							
Períodos anteriores	-50,87	45,39	-5,48	65,76	-398,58	-332,82	
Ano 2016	6 527,81	-565,84	5 961,97	6 315,08	-27,37	6 287,71	105%
Ano 2017		5 523,91	5 523,91		4 634,19	4 634,19	84%
Total A	6 476,94	5 003,46	11 480,40	6 380,84	4 208,24	10 589,08	
Variação anual			-22,75%			-34,05%	
Compensações equitativas nº 4, art.º 3º							
Períodos anteriores	6 675,30	1 548,41	8 223,71	6 788,87	1 548,41	8 337,28	
4º trim. de 2015	559 059,63	1 435,84	560 495,47	558 991,41	1 435,97	560 427,38	100%
1º trim. de 2016	451 725,34	1 736,82	453 462,16	452 283,69	1 433,97	453 717,66	100%
2º trim. de 2016	423 751,50	1 671,22	425 422,72	423 589,87	1 832,85	425 422,72	100%
3º trim. de 2016	518 696,19	696,91	519 393,10	511 008,43	8 384,67	519 393,10	100%
4º trim. de 2016		573 572,80	573 572,80		573 557,75	573 557,75	100%
1º trim. de 2017		467 894,95	467 894,95		471 380,90	471 380,90	101%
2º trim. de 2017		475 823,35	475 823,35		474 800,79	474 800,79	100%
3º trim. de 2017		465 188,99	465 188,99		462 470,88	462 470,88	99%
Total B	1 959 907,96	1 989 569,29	3 949 477,25	1 952 662,27	1 996 846,19	3 949 508,46	
Variação anual			1,51%			2,26%	
Total Departamento (A+B)	1 966 384,90	1 994 572,75	3 960 957,65	1 959 043,11	2 001 054,43	3 960 097,54	98,93%
Variação anual			28 187,85			42 011,32	
			1,43%			2,14%	

Em 2017, à semelhança do verificado no ano transacto, foram registados valores de cobrança historicamente elevados, quando comparados com os valores obtidos nos anos anteriores à aplicação da “nova” Lei da Cópia Privada. A inclusão das compensações equitativas cobradas nas vendas de equipamentos, dispositivos e suportes previstos na tabela anexa à Lei, como equipamentos multifunções, fotocopiadoras, impressoras e *scanners* e ainda uma percentagem das compensações cobradas nas vendas de memórias USB, cartões de memória e memórias ou discos rígidos integrados em computadores, contribuiu de forma decisiva para as receitas do Departamento.

Handwritten signatures and initials:
Ail or
Luz
Albuquerque
Albuquerque

Em 2017, o Departamento apresentou um total de compensações declaradas pelas entidades competentes, e posteriormente debitadas pela AGE COP, de 1.994.572,75 euros, verificando-se um acréscimo de 1,43% face a 2016, com 1.966.384,90 euros.

Os valores debitados referentes às compensações equitativas cobradas nas vendas de fotocópias de obras, electrocópias e demais suportes (previstas no nº 2, do artigo 3º da Lei) totalizaram 5.003,46 euros, menos 22,75% do que em 2016, reflectindo as alterações nos hábitos de cópia, que privilegiam cada vez mais os suportes digitais e serviços de cloud, em detrimento das cópias em papel.

Já os montantes debitados, previstos na tabela anexa à Lei, ascenderam a 1.989.569,29 euros, mais 1,51% do que em 2016.

No que concerne aos recebimentos, os mesmos totalizaram 2.001.054,43 euros, verificando-se um acréscimo de 2,14% relativamente a 2016 (com 1.959.043,11 euros).

O montante recebido relativo às cobranças previstas na tabela anexa à Lei (1.996.846,19 euros) representa 99,79% do total recebido.

No que respeita ao ratio de cobrança relativo aos valores debitados, o mesmo situa-se nos 98,93%.

III. Distribuição das compensações equitativas

Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual

A AGE COP procedeu à distribuição dos montantes recebidos pelo **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual**, de acordo com o estabelecido no nº 2, do artigo 7.º da Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei nº 49/2015, de 5 de Junho. Em Junho e

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials:
 Hil
 eury
 (signature)
 AL

Dezembro foram distribuídas as compensações equitativas recebidas de 1 de Dezembro de 2016 a 31 de Maio de 2017 e de 1 de Junho de 2017 a 30 de Novembro de 2017, respectivamente, e dos juros das aplicações financeiras efectuadas, conforme os mapas de distribuição aprovados pela Direcção.

Foi distribuída pelos Associados do Departamento a quantia total de 9.249.700,22 euros, de acordo com as proporções estabelecidas na Lei e na norma transitória, aprovada em Assembleia Geral, e também com o estabelecido entre os produtores, conforme o quadro abaixo (em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL

MONTANTES DAS COMPENSAÇÕES EQUITATIVAS DISTRIBUÍDOS AOS ASSOCIADOS EM 2017

		Compensações e juros distribuídos
%	TOTAL	9 249 700,22
40,00%	SPA (Autores)	3 699 880,08
30,00%	GDA (Artistas, intérpretes ou executantes)	2 774 910,07
30,00%	Produtores de videogramas ou de fonogramas	2 774 910,07
15,36%	GEDIFE (Produtores audiovisuais)	1 421 238,42
14,64%	AUDIOGEST (Produtores musicais)	1 353 671,65

A 31 de Dezembro, o montante disponível para distribuição, para o **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual** era de 62.794.69 euros, referente aos montantes recebidos no mês de Dezembro de 2017.

Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica

No que respeita ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**, em 2017 foi efectuada, pela primeira vez, a distribuição das compensações equitativas cobradas, mas apenas aos Associados representantes dos Editores, uma vez que os mesmos chegaram a acordo quanto às percentagens de distribuição a aplicar (60% do valor atribuído às entidades representativas dos Editores para a APEL e os restantes 40%

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials:
 Hil
 P. Cruz
 P. Cruz
 A. L. L.

para a VISAPRESS). Quanto à distribuição a efectuar aos Associados representantes dos Autores, a mesma será realizada quando estiverem reunidas as condições necessárias para o efeito.

Assim, foi distribuída pelos Associados do Departamento, representantes dos Editores, a quantia total de 1.877.362,32 euros, relativa às compensações equitativas recebidas entre 01/01/2005 e 30/11/2017, de acordo com as proporções estabelecidas na Lei e na norma transitória, aprovada em Assembleia Geral, e também com o estabelecido entre os Editores, conforme o quadro abaixo (em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA

MONTANTES DAS COMPENSAÇÕES EQUITATIVAS DISTRIBUÍDOS AOS ASSOCIADOS - EDITORES - EM 2017

Momento da distribuição	Abril/2017		Junho/2017		Dezembro/2017		Total
Compensações equitativas recebidas em	01/01/2005-31/12/2010	01/01/2011-31/12/2016	01/01/2017-31/05/2017	01/06/2017-30/11/2017			
Compensações e juros distribuíveis	49 391,20	2 105 056,70	809 972,09	790 304,66			3 754 724,65
Editores (50%)	24 695,60	1 052 528,35	404 986,04	395 152,33			1 877 362,32
APEL 100%	24 695,60	60% 631 517,01	60% 242 991,62	60% 237 091,40			1 136 295,63
VISAPRESS	-	40% 421 011,34	40% 161 994,41	40% 158 060,93			741 066,69

Em 31 de Dezembro de 2017 estava disponível para distribuição aos Associados deste Departamento, o montante de 1.878.258,30 euros (1.877.810,31 euros para os representantes dos Autores - quantia acumulada entre 2005 e 2017 - e 447,99 euros para os representantes dos Editores – valor referente às quantias recebidas em Dezembro de 2017).

IV. Fundo Cultural

Em 2017, a AGE COP afectou 20% do valor total das compensações equitativas recebidas ao Fundo Cultural, destinado a *“acções de incentivo à actividade cultural e à investigação e divulgação dos direitos de autor e direitos conexos”*, cumprindo, assim,

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "Hil" and "v"
 - Middle right: "P. Silva"
 - Bottom right: "L. L."

com o estabelecido no nº 1 do artigo 7º da Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei nº 49/2015, de 5 de Junho.

Os valores afectos ao Fundo Cultural, no exercício de 2017, foram os seguintes (em euros):

VALORES AFFECTOS AO FUNDO CULTURAL, NO EXERCÍCIO DE 2017

	Total Recebido	Valor afecto ao Fundo Cultural (20%)
DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL		
Nº 4 do artigo 3º da Lei 62/98	11.548.581,79	2.309.716,36
Total (A)	11.548.581,79	2.309.716,36
DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA		
Tarifa anual - nº 2 do art.º 3º da Lei 62/98	4.208,24	841,65
Nº 4 do artigo 3º da Lei 62/98	1.996.846,19	399.369,24
Total (B)	2.001.054,43	400.210,89
TOTAL (A+B)	13.549.636,22	2.709.927,25

Quanto às disponibilizações e utilizações efectuadas em 2017, os dados por Departamento foram os seguintes:

Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual

Em 2017 foi efectuada a distribuição, aos Associados do **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual**, das quantias afectas ao Fundo Cultural, cobradas de 1 de Dezembro de 2016 a 30 de Novembro 2017, e dos juros das aplicações financeiras realizadas.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Foi distribuída aos Associados deste Departamento a quantia total de 2.339.894,09 euros, conforme quadro abaixo (em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL
FUNDO CULTURAL - MONTANTES DISTRIBUÍDOS AOS ASSOCIADOS EM 2017

	Montantes distribuídos Fundo Cultural
TOTAL	2 339 894,09
SPA	935 957,63
GDA	701 968,23
GEDIPE	359 646,50
AUDIOGEST	342 321,73

A utilização do Fundo Cultural pelos Associados do Departamento, em 2017, ascendeu a 1.058.197,95 euros, conforme o quadro seguinte (valores em euros):

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Detalhe da utilização de Fundo Cultural, no exercício de 2017

DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL

PROJECTO	Associados responsáveis pela apresentação de projectos				TOTAL
	SPA	GDA	GEDIBE	AUDIOGEST	
Gravação e edição de 11 CDs	112 715,00				112 715,00
Edição de 6 livros	50 468,40				50 468,40
Produção e realização de 1 obra cinematográfica	12 300,00				12 300,00
Gravação e edição de CD/DVD	7 380,00				7 380,00
Gravação e edição do álbum "Terceiro"	11 150,00				11 150,00
Gravação de edição de 9 audio-livros	6 000,00				6 000,00
Produção de programa "Masterclass"	14 760,00				14 760,00
Gravação e edição projeto "S. Roque - Advogado da peste"	12 300,00				12 300,00
Realização de documentários	30 750,00				30 750,00
Produção e promoção de CD	12 300,00				12 300,00
Curso de pós - graduação gestão colectiva de direito de autor na lusofonia	11 682,26				11 682,26
Gala SPA/RTP 2017	109 872,32				109 872,32
Produção de espetáculo teatral	17 958,00				17 958,00
Edição de 24 CDs	158 451,00				158 451,00
Edição de CD-livro	15 000,00				15 000,00
Subsidio para a realização do "Projeto literatura-mundo: Perspetivas em Português"	5 000,00				5 000,00
Produção CD/LP/Digital	5 596,50				5 596,50
Edição CD/DVD	10 000,00				10 000,00
Refinanciamentos "Entroncamentos"	6 500,00				6 500,00
Apoio a livro "Breves notas sobre o Japão"	12 792,00				12 792,00
Homenagem a Ary Abril	10 466,25				10 466,25
Homenagem a Zeca Afonso	6 906,42				6 906,42
Edição de álbum	9 225,00				9 225,00
Assembleia Geral CISAC	43 156,16				43 156,16
Refinanciamento "As naus de verde pinho"	6 150,00				6 150,00
Refinanciamento CD "The Legendary Tigerman"	6 150,00				6 150,00
Produção de espetáculo "Ou Isto ou Aquilo"	3 500,00				3 500,00
Bolsas de qualificação e especialização		24 165,00			24 165,00
Espetáculos de teatro e dança		31 133,50			31 133,50
Edição fonográfica de intérpretes		105 445,00			105 445,00
Circulação de espetáculos		25 145,87			25 145,87
Workshops		5 330,00			5 330,00
Curtas-metragens		5 000,00			5 000,00
Apoios extraordinários		6 795,00			6 795,00
Encargos bancários e outras despesas		86,27			86,27
Academia de cinema			5 000,00		5 000,00
Protocolo Portraits Marta Hipólito homenagem 7ª arte			4 093,56		4 093,56
Despesas bancárias			71,20		71,20
Workshops e formação com entidades fiscalizadoras				16 806,89	16 806,89
Incentivo à atividade cultural				104 755,41	104 755,41
Estudos sobre utilização de digitais e pirataria				8 100,00	8 100,00
Edições e publicações				4 050,00	4 050,00
Direitos Lusófonos Cabo Verde				3 690,94	3 690,94
Totais	708 529,31	203 100,64	9 164,76	137 403,24	1 058 197,95

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

No que respeita aos montantes disponibilizados aos Associados do Departamento e ainda não utilizados, a posição a 31 de Dezembro de 2017 era conforme o quadro abaixo (valores em euros):

Fundo Cultural - Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual - Quantias disponibilizadas e utilizadas - posição a 31/12/2017

Associados	Valor total por utilizar a 31/12/2016	Valores disponibilizados em 2017			Valores utilizados em 2017	Valor total por utilizar a 31/12/2017 1)	Valores anteriores a 2017 por utilizar
		Junho	Dezembro	Total			
SPA	399.202,81	472.846,79	463.110,84	935.957,63	708.529,31	626.631,13	-
GDA	571.205,44	354.635,10	347.333,13	701.968,23	203.100,64	1.070.346,78	368.104,80
GEDPE	216.235,89	181.904,53	177.741,97	359.646,50	9.164,76	566.717,63	207.071,13
AUDIOGEST	285.720,04	172.730,57	169.591,16	342.321,73	137.403,24	490.638,53	148.316,80
TOTAL	1.472.364,18	1.182.116,98	1.157.777,10	2.339.894,09	1.058.197,95	2.754.334,07	723.492,73

1) O valor total por utilizar, do Associado GDA, inclui 273,75 euros de juros bancários das aplicações do Fundo Cultural, relativos a 2017.

Do quadro acima, é de salientar que as verbas utilizadas em 2017 incluem quantias disponibilizadas em Junho do ano em análise e também em períodos anteriores. Os montantes disponibilizados em Dezembro de 2017, que ascendem a 1.157.777,10 euros, serão aplicados, naturalmente, em projectos a realizar posteriormente.

Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica

Relativamente ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**, em 2017 foi efectuada a distribuição de Fundo Cultural aos Associados representantes dos Editores, das quantias recebidas entre 2005 e 30 de Novembro de 2017, no valor total de 426.805,84 euros, conforme quadro abaixo (em euros):



Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten notes and signatures:
 Hil
 tag
 Ph
 Ah

AGECOP- DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA

FUNDO CULTURAL - MONTANTES DISTRIBUÍDOS AOS ASSOCIADOS - EDITORES - EM 2017

	Montantes distribuídos Fundo Cultural
TOTAL	426.805,84
APEL	257.927,59
VISAPRESS	168.878,25

A 31 de Dezembro de 2017, de acordo com os critérios estabelecidos à data, aos Associados representantes dos Autores, deste Departamento, caberia a quantia de 426.917,85 euros. Aos Associados representantes dos Editores, caberia a quantia de 112,01 euros, referentes às verbas recebidas no mês de Dezembro.

A utilização do Fundo Cultural pelos Associados do Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica, representantes dos Editores, a 31 de Dezembro de 2017 totalizava 21.955,19 euros, conforme o quadro abaixo (valores em euros):

Detalhe da utilização de Fundo Cultural, no exercício de 2017

DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA - EDITORES

PROJECTO	Associados responsáveis pela apresentação de projectos	
	VISAPRESS 1)	TOTAL
Pirataria de direito de autor	14.373,48	14.373,48
Conferência de direitos de autor	3.891,71	3.891,71
Estudo de direitos de autor	3.690,00	3.690,00
Totais	21.955,19	21.955,19

- 1) Na quantia total utilizada estão incluídos os montantes de 4.395,15 euros e 5.778,37 euros, referentes a 2015 e 2016, respectivamente.

No que concerne às quantias distribuídas aos Associados do Departamento, representantes dos Editores, e ainda não utilizados, a posição a 31 de Dezembro de 2017 era conforme o quadro abaixo (valores em euros):

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials:
 Ail
 Cruz
 António
 M. L.

Fundo Cultural - Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica- Editores - Quantias disponibilizadas e utilizadas - posição a 31/12/2017

Associados	Valores disponibilizados em 2017			Valores utilizados 3)				Valores por utilizar	
	Julho 1)	Dezembro 2)	Total	2015	2016	2017	Total	Valor	%
APEL	198.654,62	59.272,97	257.927,59	-	-	-	-	257.927,59	100,00%
VISAPRESS	129.362,93	39.515,32	168.878,25	4.395,15	5.778,37	11.781,67	21.955,19	146.923,06	87,00%
TOTAL	328.017,55	98.788,29	426.805,84	4.395,15	5.778,37	11.781,67	21.955,19	404.850,65	94,86%

1) Disponibilização de verbas referentes ao período compreendido entre 01/01/2005 e 31/05/2017, para a APEL, e 01/01/2011 e 31/05/2017, para a VISAPRESS

2) Disponibilização de verbas recebidas entre 01/06/2017 e 30/11/2017

3) A prestação de contas foi efectuada em 2017

V. Rendimentos

Os rendimentos da Associação, em 2017, totalizaram 289.248,44 euros e resultaram da cobrança de quotas aos seus Associados, correspondendo 246.531,29 euros ao Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual e 42.717,15 euros ao Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica.

VI. Gastos

Os gastos, no exercício de 2017, ascenderam a 289.225,54 euros, conforme o quadro seguinte:

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten notes:
 Ail
 Fay
 Phope
 Alh

ESTRUTURA DOS GASTOS	2017	%	2016	%	Var.	Var. %
TOTAL	289 225,54	100%	216 109,72	100%	73 115,82	33,83%
Fornecimentos e serviços externos	203 291,68	70%	124 768,73	58%	78 522,95	62,93%
Trabalhos especializados	163 595,91	57%	46 662,29	22%	116 933,62	250,60%
Honorários	22 540,55	8%	50 551,64	28%	- 38 011,09	-62,77%
Conservação e reparação	156,21	0%	631,22	0%	- 475,01	-75,25%
Serviços bancários e financeiros	381,92	0%	315,66	0%	66,26	20,99%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	37,49	0%	-	-	37,49	-
Material de escritório	1 156,26	0%	1 346,71	1%	- 190,45	-14,14%
Electricidade	581,16	0%	620,39	0%	- 39,23	-6,32%
Água	316,49	0%	314,59	0%	1,90	0,60%
Outros combustíveis (gás)	57,35	0%	64,32	0%	- 6,97	-10,84%
Deslocações e estadas	-	0%	-	0%	-	-
Transporte de pessoal	1 324,20	0%	1 313,90	1%	10,30	0,78%
Rendas isentas	9 230,00	3%	9 110,00	4%	120,00	1,32%
Rendas e alugueres	111,37	0%	114,61	0%	- 3,24	-2,83%
Comunicação	1 317,81	0%	1 511,49	1%	- 193,68	-12,81%
Contencioso e notariado	-	0%	200,00	0%	- 200,00	-100,00%
Despesas de representação	229,00	0%	-	0%	229,00	-
Limpeza, higiene e conforto	1 505,47	1%	1 503,02	1%	2,45	0,16%
Outros serviços	750,49	0%	508,89	0%	241,60	47,48%
Gastos com o pessoal	74 712,12	26%	84 338,67	39%	- 9 626,55	-11,41%
Remunerações do pessoal	60 086,38	21%	67 032,29	31%	- 6 945,91	-10,36%
Segurança Social	12 472,66	4%	14 244,71	7%	- 1 772,05	-12,44%
Outros encargos sobre remunerações - FCT	19,68	0%	19,32	0%	0,36	1,86%
Seguros - Acidentes de Trabalho	595,62	0%	1 220,94	1%	- 625,32	-51,22%
Outros gastos	174,11	0%	204,71	0%	- 30,60	-14,95%
Seguros - Saúde	1 363,67	0%	1 616,70	1%	- 253,03	-15,65%
Gastos de depreciação e de amortizações	5 126,74	2%	4 252,20	2%	874,54	20,57%
Outros gastos e perdas	6 095,00	2%	2 750,12	1%	3 344,88	121,63%
Outros	-	0%	0,12	0%	- 0,12	-100,00%
Quotizações-IFRRO	6 095,00	2%	2 750,00	1%	3 345,00	121,64%

Face a 2016, verificou-se um aumento nos gastos de 73.115,82 euros (mais 33,83%). Este acréscimo prende-se, essencialmente, com a rubrica de trabalhos especializados, com mais 116.933,62 euros (mais 250,60%), que reflecte a variação nos encargos com as actividades de apoio à fiscalização e prevenção de fraude (mais 90.380,40 euros) e com os serviços jurídicos (mais 16.404,63 euros).

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials:
Hil
Pey
Phyber
Hhli

Comparativamente a 2016 é, ainda, de assinalar o decréscimo verificado nas rubricas de honorários (menos 38.011,09 euros – 62,77%) e de gastos com o pessoal (menos 9.626,55 euros – 11,41%).

Quanto às rubricas com maior peso na estrutura de gastos, em 2017, destacam-se as de trabalhos especializados, com 57% e de gastos com pessoal, com 26%.

VII. Execução Orçamental

Em 2017, os custos de funcionamento da Associação totalizaram 289.225,54 euros, representando uma execução de 68,71% do valor do orçamento para 2017 (420.952,45 euros), ficando, assim, abaixo do total orçamentado em 131.726,91 euros. Este desvio deve-se, essencialmente, à não execução das rubricas de comunicação institucional (10.000,00 euros) e de estudos e pareceres (30.000,00 euros) e ainda à reduzida execução verificada nas rubricas de consultoria e serviços externos (18,28%, tendo ficado por utilizar 70.105,25 euros) e de despesas de representação/deslocações (2,29%, não tendo sido utilizados 9.771,00 euros).

O detalhe da execução consta do **anexo 2**.

O montante dos custos de funcionamento, do ano em análise, representa 2,13% tanto do valor total dos débitos das compensações equitativas registado (13.591.336,99 euros), como do total recebido (13.549.636,22 euros).

Os custos de funcionamento devem ser integralmente cobertos pelo pagamento de quotas, por parte dos Associados da AGE COP. Quanto à respectiva imputação por Departamento, a mesma deverá ser efectuada nos seguintes termos:

til v
Cruz
Phar
Alki

O total recebido pela AGE COP, em 2017, foi de 13.549.636,22 euros. O Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual foi responsável por 11.548.581,79 euros, quantia que representa 85,23% do mesmo.

O Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica gerou 2.001.054,43, ou seja, 14,77% do total de recebimentos.

Os custos de funcionamento ascendem a 289.225,54 euros, a que acrescem 22,90 euros referentes a tributação autónoma. O **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual** deve suportar 85,23% dos mesmos, o que equivale a 246.531,29 euros. O **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica** deve suportar 14,77% dos referidos custos, pelo que a quota de 2017 corresponde a 42.717,15 euros.

VIII. Contabilidade, fiscalidade e contingências

A situação contabilística e fiscal da Associação está regularizada. Não existem dívidas em mora à Segurança Social, nem à Autoridade Tributária.

Importa salientar, entretanto, que a AGE COP continua a aguardar pelos resultados das impugnações judiciais que interpôs no Tribunal de Lisboa, em Janeiro de 2017, onde solicitou a anulação de liquidações adicionais de IVA, referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, à Autoridade Tributária e Aduaneira.

Em termos de possíveis contingências, há que salientar a existência de seis impugnações judiciais, de uma entidade declarante, que correm termos em Tribunal, tendo nas mesmas sido impugnados, essencialmente, actos de liquidação de quantias a título de Compensação Equitativa relativos ao 3.º e 4.º trimestres de 2015, e 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 2016, respectivamente.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials:
Adil 10
Frey
Phobus
Vhlu

No entanto, a opinião dos serviços jurídicos é a de que a AGE COP, suportada por pareceres jurídicos de ilustres mestres de Direito, tem uma posição sólida sobre ambas as situações.

Ainda no âmbito de eventuais contingências, será de ter em consideração a reclamação apresentada por entidades requerentes de reembolso de compensações equitativas, por isenção nas exportações, ao abrigo do nº 5 do artigo 4º da Lei nº 62/98, de 01 de Setembro, após decisão de indeferimento por parte da AGE COP.

Tal como já foi referido no ponto I deste relatório, a AGE COP, no âmbito das suas capacidades, constantes na Lei, tomou decisões de gestão inadiáveis sobre este assunto e aguarda uma posição da Tutela.

A contabilidade está organizada de acordo com o princípio da existência de centros de imputação de custos, apresentando assim maior rigor para o controlo da gestão.

IX. Resultados

Nos termos do balanço e dos demais documentos que evidenciam a situação contabilística da Associação, os resultados do presente exercício equivalem a zero, pelo que não se efectua qualquer proposta de aplicação de resultados.

X. Agradecimentos

A Direcção agradece a todos os funcionários e colaboradores por todo o seu empenhamento e dedicação, bem como aos membros dos restantes órgãos sociais e Associados que acompanharam em permanência a actividade da AGE COP.

AGECOP

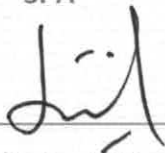
Associação para a Gestão da Cópia Privada

A Direcção salienta todas as entidades que através das suas Declarações trimestrais têm cumprido, nos termos da Lei, a informação para a cobrança das compensações equitativas.

Lisboa, 08 de Maio de 2018

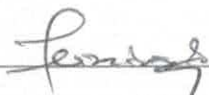
A Direcção

SPA



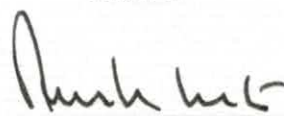
(João David Nunes)

GDA



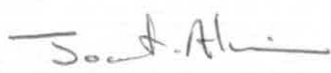
(Teresa Oliveira)

GEDIPE



(Paulo Santos)

APEL



(João Alvim)

VISAPRESS



(Rui Silva Lopes)

Handwritten signatures and initials:
 Hil
 Phipps
 Mh

ANEXO 1 - COMPENSAÇÕES EQUITATIVAS CÓPIA PRIVADA - LEI Nº 62/98, DE 1 DE SETEMBRO DEBITADO E RECEBIDO - 2017

01/01/2017-31/12/2017

Debitado Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual (DCSA)

Documento	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Var %
Lei 50/2004										7,70			7,70	-100,0%
Lei 49/2015-tabela anexo	3 346 614,37	20 790,06	17,25	2 400 253,71	33 845,01	11 607,06	2 360 880,01	378 957,38	18 438,72	2 991 771,72	23 974,31	1 994,14	11 596 764,24	18,4%
Total	3 346 614,37	20 790,06	17,25	2 400 253,71	33 845,01	11 607,06	2 360 880,01	378 957,38	18 438,72	2 991 771,72	23 974,31	1 994,14	11 596 764,24	17,72%

Debitado Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica (DCGR)

Documento	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Var %
Tarifa Anual - nº 2, art.º 3º	146,00	134,64	925,66	675,16	667,09	285,68	365,84	531,56	212,30	597,02	12,45	502,25	5 002,46	-27,75%
Lei 49/2015-tabela anexo	505 648,80	6 426,07	3,29	459 077,06	13 647,61	2 109,62	468 315,76	2 817,10	4 081,52	463 950,72	2 964,96	321,38	1 989 509,29	1,51%
Total	505 794,80	6 560,71	928,95	459 752,22	14 314,70	2 409,51	468 681,60	3 348,66	4 293,82	464 517,74	2 977,41	823,63	1 991 511,75	1,43%

Total debitado	3 912 411,77	35 351,37	946,20	2 860 006,73	48 159,71	14 012,57	2 829 776,41	382 296,04	22 732,54	3 456 289,46	26 926,72	2 417,77	13 591 336,99	15,01%
-----------------------	---------------------	------------------	---------------	---------------------	------------------	------------------	---------------------	-------------------	------------------	---------------------	------------------	-----------------	----------------------	---------------

Recebido Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual (DCSA)

Documento	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Var %
Recebido Lei 50/2004										3,80			3,80	-99,98%
Recebido Lei 49/2015-tabela anexo	415 682,54	2 854 347,45	29 785,46	229 895,08	2 151 493,68	100 490,08	158 237,19	2 078 247,02	464 285,69	251 564,72	2 716 259,51	78 485,67	11 548 570,29	18,10%
Total	415 682,54	2 854 347,45	29 785,46	229 895,08	2 151 493,68	100 490,08	158 237,19	2 078 247,02	464 285,69	251 564,72	2 716 259,51	78 485,67	11 548 570,29	17,42%

Recebido Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica (DCGR)

Documento	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Var %
Recebido Tarifa Anual nº 2, art.º 3º	236,94	69,74	162,30	909,80	686,32	551,37	295,10	217,20	640,52	308,92	221,06	385,85	4 208,24	-34,05%
Recebido Lei 49/2015-tabela anexo	51 846,02	513 846,02	523,52	63 234,11	376 596,20	30 651,83	46 354,94	438 575,08	7 700,85	66 465,64	401 885,33	734,12	1 996 846,19	2,65%
Total	51 872,71	514 915,76	685,82	64 143,91	380 382,52	31 203,20	46 650,04	438 792,28	8 341,37	66 774,56	402 086,39	1 119,97	2 001 054,43	2,14%

Total recebido	467 655,25	3 369 263,21	30 471,28	293 838,99	2 531 876,20	131 693,28	198 887,23	2 517 040,20	492 627,06	318 310,28	3 118 339,90	79 613,34	13 549 636,22	14,88%
-----------------------	-------------------	---------------------	------------------	-------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------------	------------------	----------------------	---------------

	01/01/2017-31/12/2017	01/01/2016-31/12/2016	Total 2016	Total prev. 2017	Var. a data %	Var. total 2016 %	Var. prev.2017 %
DEBITADO							
Debitado DCSA	11 596 764,24	9 851 431,82	9 851 431,82		17,77%	17,77%	
Debitado DCGR	1 994 572,75	1 966 384,90	1 966 384,90		1,43%	1,43%	
Total debitado	13 591 336,99	11 817 816,72	11 817 816,72	10 457 893,00	15,01%	15,01%	25,96%
RECEBIDO							
Recebido DCSA	11 548 581,79	9 835 540,50	9 835 540,50		17,42%	17,42%	
Recebido DCGR	2 001 054,43	1 959 043,11	1 959 043,11		2,14%	2,14%	
Total recebido	13 549 636,22	11 794 583,61	11 794 583,61	11 754 462,26	14,88%	14,88%	14,88%
Total Debitado Tabela Lei 49/2015	13 580 325,83						
Total Recebido Tabela Lei 49/2015	13 540 416,48						

AGECOP

Execução do Orçamento 2017

RUBRICAS										Comparativo 2016/2017						Valores em C	
Orçamento 2017	Execução 2017		Por executar 31/12/2017	Grau Execução 31/12/2017	Orçamento 2016	Diferença Orçamentos (A-C)	Var. %	Execução 2016	Grau Execução 2016	Diferença Execução (B-D)	Var. %	Grau Execução 2016	D	2016	Var. %		
	A	B															
		31/12/2017														%	
Total rendimentos	420 952,45	289 248,44	100,00%	68,71%	248 784,37	172 168,08	69,20%	216 109,72	86,87%	73 138,72	33,84%						
	420 952,45	289 248,44	100,00%	68,71%	248 784,37	172 168,08	69,20%	216 109,72	86,87%	73 138,72	33,84%						
Gastos fixos	76 468,35	76 036,32	26,29%	99,44%	74 885,68	1 582,67	2,11%	85 652,57	114,38%	-9 616,25	-11,23%						
	58 847,46	60 086,38	20,77%	102,11%	57 755,46	1 092,00	1,89%	67 032,29	116,06%	-6 945,91	-10,36%						
Gastos com o pessoal	12 419,32	12 472,66	4,31%	100,43%	12 175,80	243,52	2,00%	14 284,71	116,99%	-1 772,05	-12,44%						
	1 519,74	1 343,88	0,46%	88,43%	1 375,80	143,94	10,46%	1 333,22	96,91%	10,66	0,80%						
Sede	2 080,00	1 363,67	0,47%	65,56%	2 080,00	0,00	0,00%	1 616,70	77,73%	-253,03	-15,65%						
	1 251,84	595,62	0,21%	47,58%	1 155,11	96,73	8,37%	1 220,94	105,70%	-625,32	-51,22%						
Comunicações	350,00	174,11	0,06%	175,89	343,51	6,49	1,89%	204,71	59,59%	-30,60	-14,95%						
	22 135,56	17 652,77	6,10%	4 482,79	21 847,01	288,55	1,32%	17 118,24	78,36%	534,53	3,12%						
Diversos	9 230,00	9 230,00	3,19%	100,00%	9 550,00	-320,00	-3,35%	9 110,00	95,39%	120,00	1,32%						
	1 250,00	0,00	0,00%	0,00%	2 000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%						
Outros	1 500,00	991,24	0,34%	79,30%	992,25	257,75	25,98%	1 034,28	104,24%	-43,04	-4,16%						
	1 405,56	1 404,25	0,49%	99,91%	1 304,76	100,80	7,73%	1 337,40	102,50%	66,85	5,00%						
Outros gastos operacionais	6 500,00	5 126,74	1,77%	78,87%	6 500,00	0,00	0,00%	4 252,20	65,42%	874,54	20,57%						
	1 750,00	900,54	0,31%	51,46%	1 500,00	250,00	16,67%	1 384,36	92,29%	-83,82	-34,95%						
Comunicação	7 600,00	2 474,07	0,86%	32,55%	8 600,00	-1 000,00	-11,63%	2 858,20	33,23%	-384,13	-13,44%						
	4 000,00	1 461,67	0,51%	36,54%	5 000,00	-1 000,00	-20,00%	1 617,80	32,36%	-156,13	-9,65%						
Estudos e pareceres	2 400,00	1 012,40	0,35%	42,18%	2 400,00	0,00	0,00%	989,36	41,22%	-23,04	-2,33%						
	1 200,00	0,00	0,00%	0,00%	1 200,00	0,00	0,00%	251,04	20,92%	-251,04	-100,00%						
Contencioso/Serviços jurídicos	2 500,00	381,92	0,13%	15,28%	2 500,00	0,00	0,00%	316,78	12,67%	65,14	20,56%						
	108 703,91	96 545,08	33,38%	88,81%	107 832,69	871,22	0,81%	105 945,79	98,25%	-9 400,71	-8,87%						
Fiscalização e apoio à cobrança	10 000,00	0,00	0,00%	0,00%	10 000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%						
	10 000,00	0,00	0,00%	0,00%	20 000,00	10 000,00	50,00%	18 443,85	92,22%	-18 443,85	-100,00%						
Desp. de representação/Deslocações	30 000,00	0,00	0,00%	0,00%	20 000,00	5 000,00	100,00%	3 683,85	73,68%	-3 683,85	-100,00%						
	20 000,00	0,00	0,00%	0,00%	15 000,00	5 000,00	100,00%	14 760,00	98,40%	-14 760,00	-100,00%						
Consultoria e serviços externos	66 090,00	62 396,27	21,57%	94,41%	39 975,00	26 115,00	65,33%	45 991,64	115,05%	16 404,63	35,67%						
	66 090,00	62 396,27	21,57%	94,41%	39 975,00	26 115,00	65,33%	45 991,64	115,05%	16 404,63	35,67%						
Outros	107 620,00	108 276,90	37,44%	100,61%	23 640,00	83 980,00	355,25%	17 896,50	75,70%	90 380,40	505,02%						
	10 000,00	229,00	0,08%	2,29%	10 000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	229,00	22,90%						
Quotas	2 500,00	229,00	0,08%	9,16%	2 500,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	229,00	22,90%						
	2 500,00	229,00	0,08%	9,16%	2 500,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	229,00	22,90%						
Diversos	85 788,54	15 683,29	5,42%	18,28%	36 491,68	49 296,86	135,09%	25 081,94	68,73%	-9 386,65	-37,47%						
	3 599,00	3 324,69	1,15%	92,38%	2 599,00	1 000,00	38,48%	2 396,04	92,19%	-928,65	-38,76%						
Total gastos	9 225,00	0,00	0,00%	0,00%	8 595,08	629,08	6,83%	0,00	0,00%	0,00	0,00%						
	4 920,00	4 920,00	1,70%	100,00%	4 305,00	615,00	14,29%	4 920,00	114,29%	0,00	0,00%						
Outros	3 468,60	3 468,60	1,20%	100,00%	3 468,60	0,00	0,00%	3 468,60	100,00%	0,00	0,00%						
	61 575,94	3 750,00	1,30%	6,09%	14 760,00	46 815,94	317,18%	14 297,30	96,87%	-10 547,30	-73,77%						
Diversos	3 000,00	220,00	0,08%	7,33%	3 000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	220,00	22,00%						
	2 750,00	6 095,00	2,11%	221,64%	845,00	1 905,00	225,44%	2 750,00	325,44%	3 345,00	121,64%						
Total gastos	312 248,54	197 680,46	66,62%	61,71%	140 951,68	171 296,86	121,53%	110 163,93	78,16%	82 516,53	74,90%						
	420 952,45	289 225,54	100,00%	68,71%	248 784,37	172 168,08	69,20%	216 109,72	86,87%	73 138,72	33,84%						

PERCENTAGEM DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO NO TOTAL DAS RECEITAS

Total de compensações equitativas debitadas 2017 - A	13 591 336,99
Execução orçamento 2017 - B	289 225,54
% Execução orçamento 2017/debitado 2017 - B/A	2,13%
Total recebido de compensações equitativas 2017-C	13 549 636,22
Execução orçamento 2017 - D	289 225,54
% Execução orçamento 2017/recebido 2017 - D/C	2,13%

Handwritten signatures and initials: "Hil", "Prof", "Rw", and others.

Balanço

2

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 683,80	406,29
Ativos intangíveis	6	4 362,28	8 810,33
Outros créditos e ativos não correntes		502,05	258,57
		7 548,13	9 475,19
Ativo corrente			
Créditos a receber	7	123 168,08	80 108,06
Diferimentos		1 383,83	2 345,54
Caixa e depósitos bancários	4	3 028 425,89	3 242 133,25
		3 152 977,80	3 324 586,85
Total do ativo		3 160 525,93	3 334 062,04
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Dotação inicial	8	2 494,00	2 494,00
Resultados transitados	8	23 395,71	23 395,71
		25 889,71	25 889,71
Resultado líquido do período	8	0,00	0,00
Total dos fundos patrimoniais		25 889,71	25 889,71
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	1 890,89	5 967,44
Estado e outros entes públicos	10	2 848,90	2 803,43
Outros passivos correntes	9	3 129 896,43	3 299 401,46
		3 134 636,22	3 308 172,33
Total do passivo		3 134 636,22	3 308 172,33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 160 525,93	3 334 062,04

Direção

[Handwritten signatures]

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Demonstração de Resultados por Naturezas

3

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fornecimentos e serviços externos	12	-203 291,68	-124 768,73
Gastos com o pessoal	13	-74 712,12	-84 338,67
Outros rendimentos	11	289 248,44	216 109,72
Outros gastos		-6 095,00	-2 750,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 149,64	4 252,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-5 126,74	-4 252,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22,90	0,12
Juros e gastos similares suportados		0,00	-0,12
Resultado antes de impostos		22,90	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		-22,90	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

Direção

[Handwritten signatures and initials under Direção]

Contabilista Certificado

[Handwritten signature under Contabilista Certificado]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de entidades contribuintes:			
Audiovisual		11 548 581,79	9 835 540,50
Reprografia		2 001 054,43	1 959 043,11
Recebimentos de quotas		416 379,67	181 165,68
Pagamentos de direitos			
Audiovisual		-9 249 700,22	-7 780 871,12
Reprografia		-1 877 362,32	0,00
Disponibilização de fundo cultural - valores entregues		-2 766 699,93	-1 355 977,12
Pagamentos a fornecedores		-205 902,71	-111 181,09
Pagamentos ao pessoal		-79 534,50	-74 325,87
Caixa gerada pelas operações		-213 183,79	2 653 394,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-20,36
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		2 675,71	-301 762,75
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-210 508,08	2 351 610,98
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 956,20	-149,00
Ativos intangíveis		0,00	-3 690,00
Investimentos financeiros		-243,08	-238,68
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-3 199,28	-4 077,68
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-213 707,36	2 347 533,30
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3 242 133,25	894 599,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3 028 425,89	3 242 133,25

Direção

Contabilista Certificado

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

5

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO CULTURAL


PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

DESCRIÇÃO	2017	2016	%
Disponibilização de fundo cultural:			
Departamento de cópia sonora e audiovisual:			
SPA	935 957,63	512 990,62	40,00%
GDA	701 968,23	384 742,97	30,00%
GEDIPE	359 646,50	203 801,00	15,37%
AUDIOGEST	342 321,73	180 941,97	14,63%
Subtotal	2 339 894,09	1 282 476,56	100,00%
Departamento de cópia gráfica e reprográfica:			
APEL	257 927,59	0,00	60,43%
VISAPRESS	168 878,25	0,00	39,57%
Subtotal	426 805,84	0,00	100,00%
Totais	2 766 699,93	1 282 476,56	
Juros das aplicações do fundo cultural:			
Departamento de cópia sonora e audiovisual:			
SPA	0,00	0,00 a)	
GDA	273,75	1 520,83	
GEDIPE	0,00	0,00	
AUDIOGEST	0,00	0,00 a)	
Totais	273,75	1 520,83	
Utilização de fundo cultural:			
Departamento de cópia sonora e audiovisual:			
SPA	708 529,31	330 171,43	
GDA	203 100,64	71 841,01	
GEDIPE	9 164,76	90 000,00	
AUDIOGEST	137 403,24	40 778,17	
Subtotal	1 058 197,95	532 790,61	
Departamento de cópia gráfica e reprográfica:			
APEL	0,00	0,00	
VISAPRESS	21 955,19	0,00 b)	
Subtotal	21 955,19	0,00	
Totais	1 080 153,14	532 790,61	
Valores não executados:			
Departamento de cópia sonora e audiovisual:			
SPA		626 631,13	
GDA		1 070 346,78	
GEDIPE		566 717,63	
AUDIOGEST		490 638,53	
Subtotal		2 754 334,07	
Em percentagem		29,87%	
Departamento de cópia gráfica e reprográfica:			
APEL		257 927,59	
VISAPRESS		146 923,06	
Subtotal		404 850,65	
Em percentagem		94,86%	
Total		3 159 184,72	

a) n.d.

b) Inclui as quantias de 4.395,15 euros e 5.778,97 euros, referentes a 2015 e 2016, respetivamente.


Direção

Contabilista Certificado



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

6

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2017	8	2 494,00	23 395,71	0,00	25 889,71	25 889,71
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3			0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações						
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2017	6=1+2+3+5	2 494,00	23 395,71	0,00	25 889,71	25 889,71

Direção

Contabilista Certificado

Ead

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2016	6	2 494,00	23 395,71	0,00	25 889,71	25 889,71
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8			0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações						
Posição no fim do período 2016	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6+7+8+10	2 494,00	23 395,71	0,00	25 889,71	25 889,71

Direção

Contabilista Certificado

Capitulos

António
Ferreira
António
S.M.
António

Anexo às Demonstrações Financeiras

7

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2017

1. Identificação da entidade:

- 1 – Designação da entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
- 2 – Sede: Avenida Estados Unidos da América, 94, 7º B, freguesia de Alvalade, em Lisboa
- 3 – Natureza da atividade: A cobrança e gestão das quantias previstas no artigo 82.º do Código do Autor e dos Direitos Conexos regulado pela Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, na atual redação dada pela Lei n.º 49/2015, de 5 de junho.

A associação tem o número de pessoa coletiva 505.183.994.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2017.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials:
Hil
Luz
Phog
NHL

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portarias n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho de 2015.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

As demonstrações financeiras da Associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações/amortizações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	3 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	8 anos
Programas de computador	3 anos
Outros ativos intangíveis	3 anos

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Impostos sobre o rendimento

A Associação solicitou a isenção de impostos sobre lucros, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC, a qual foi indeferida. A Associação interpôs recurso à decisão da Autoridade Tributária.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Hil
Pau
Proper
Mbe

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Os depósitos bancários incluem a quantia de 12.040,02 euros (saldo atual), que se encontra a caucionar uma garantia descrita na nota 15.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2017	2016
Numerário	222,92	325,04
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.935.216,47	3.148.842,87
Outras disponibilidades	92.986,50	92.965,34
Caixa e seus equivalentes	3.028.425,89	3.242.133,25
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	3.028.425,89	3.242.133,25
Saldo credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

-7-

Handwritten signatures and initials:
 Hil
 Cruz
 [Signature]
 [Signature]

Exercício de 2017

Movimentos	Rubricas			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.585,13	2.845,92	30.251,05
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.178,84	-2.845,92	-29.844,76
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	0,00	406,29	0,00	406,29
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	2.956,20	0,00	2.956,20
Depreciação do exercício	0,00	-678,69	0,00	-678,69
Total de movimentos	0,00	2.277,51	0,00	2.277,51
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	27.541,33	2.845,92	33.207,25
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.857,53	-2.845,92	-30.523,45
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	0,00	2.683,80	0,00	2.683,80

Exercício de 2016

Movimentos	Rubricas			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.436,13	2.845,92	30.102,05
Depreciação acumulada	-2.820,00	-23.964,72	-2.845,92	-29.630,64
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	0,00	471,41	0,00	471,41
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	149,00	0,00	149,00
Depreciação do exercício	0,00	-214,12	0,00	-214,12
Total de movimentos	0,00	-65,12	0,00	-65,12
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.585,13	2.845,92	30.251,05
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.178,84	-2.845,92	-29.844,76
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	0,00	406,29	0,00	406,29

Handwritten signatures and initials:
Hil or
tray
phypa
Abhe

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

6. Ativos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

Exercício de 2017

Movimentos	Rubricas			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	11.698,92	13.345,50	0,00	25.044,42
Depreciação acumulada	-11.698,92	-4.535,17	0,00	-16.234,09
Valor líquido inicial	0,00	8.810,33	0,00	8.810,33
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-4.448,05	0,00	-4.448,05
Total de movimentos	0,00	-4.448,05	0,00	-4.448,05
Saldo final:				
Valor de aquisição	11.698,92	13.345,50	0,00	25.044,42
Depreciação acumulada	-11.698,92	-8.983,22	0,00	-20.682,14
Valor líquido final	0,00	4.362,28	0,00	4.362,28

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Exercício de 2016

Movimentos	Rubricas			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	11.698,92	5.965,50	3.690,00	21.354,42
Depreciação acumulada	-11.698,92	-497,09	0,00	-12.196,01
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	0,00	5.468,41	3.690,00	9.158,41
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	3.690,00	3.690,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	7.380,00	-7.380,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-4.038,08	0,00	-4.038,08
Total de movimentos	0,00	3.341,92	-3.690,00	-348,08
Saldo final:				
Valor de aquisição	11.698,92	13.345,50	0,00	25.044,42
Depreciação acumulada	-11.698,92	-4.535,17	0,00	-16.234,09
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	0,00	8.810,33	0,00	8.810,33

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos. Foram transferidos de ativos tangíveis em curso.

7. Créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Cientes conta corrente:		
Entidades audiovisuais	62.774,14	28.673,10
Entidades reprografia	-103,40	-904,56
Cientes de cobrança duvidosa:		
Entidades audiovisuais	4.548,03	4.548,03
Entidades reprografia	1.183,65	1.183,65
Devedores por acréscimos	54.730,66	46.587,84
Fundo cultural	0,00	0,00
Outros devedores	35,00	20,00
Total bruto	123.168,08	80.108,06
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	123.168,08	80.108,06

8. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2016 e 2017, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

9. Fornecedores e outros passivos correntes:

9.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Fornecedores conta corrente	1.890,89	5.967,44
Total	1.890,89	5.967,44

A rubrica de outros passivos correntes apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Credores por acréscimos	137.288,46	24.495,17
	137.288,46	24.495,17
Outros credores:		
Remunerações devidas (*)	75.913,73	34.212,96
Direitos a distribuir	1.896.063,92	2.162.673,36
Juros a distribuir	3.228,35	4.792,19
Fundo cultural	442.728,55	499.101,85
Processo do IVA	574.041,82	574.041,82
Outros	631,60	84,11
	2.992.607,97	3.274.906,29
Total	3.129.896,43	3.299.401,46

(*) Valores debitados ainda não cobrados.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials:
 Hil
 e...
 P...
 P...
 P...

10. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2017		2016	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	22,90	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	1.369,00	0,00	1.375,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	1.435,07	0,00	1.406,93
Outras tributações	0,00	21,93	0,00	21,50
Total	0,00	2.848,90	0,00	2.803,43

11. Rédito:

11.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor dos outros rendimentos.

11.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2017	2016
Outros rendimentos:		
Quotas	289.248,44	216.109,72
Total de outros rendimentos	289.248,44	216.109,72

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials:
 Hil or
 Long
 RHL

12. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2017	2016
Trabalhos especializados	163.595,91	46.662,29
Honorários	22.540,55	60.551,64
Rendas e alugueres	9.341,37	9.224,61
Limpeza, higiene e conforto	1.505,47	1.503,02
Deslocações e estadas e transportes	1.324,20	1.313,90
Comunicação	1.317,81	1.511,49
Material de escritório	1.156,26	1.346,71
Diversos	2.510,11	2.655,07
Total	203.291,68	124.768,73

13. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2017	2016
Remunerações	60.086,38	67.032,29
Encargos sobre remunerações	12.492,34	14.264,03
Seguro de acidentes de trab. e doenças profissionais	595,62	1.220,94
Outros gastos com o pessoal	1.537,78	1.821,41
Total	74.712,12	84.338,67

Durante o exercício de 2017, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 2 funcionários. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

14. Outras informações:

A responsabilidade por garantias prestadas pela Associação, ascende a 10.000,00 euros, sendo respeitante a uma garantia bancária emitida pelo Banco Santander Totta, relacionada com o contrato de arrendamento das instalações sitas na Avenida Estados Unidos da América, 94 – 7º B.

15. Acontecimentos após a data do balanço:

15.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

15.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção



Contabilista Certificado



Certificação Legal das Contas

8



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.160.526 euros e um total de fundos patrimoniais de 25.890 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração da prestação de contas do fundo cultural relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão e atividades

Em nossa opinião, o relatório de gestão e atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o relatório anual sobre a transparência

Em nossa opinião, o relatório anual sobre a transparência foi preparado de acordo com a lei aplicável (artigos 26º e 26º-A da Lei nº 26/2015, de 14 de abril, na redação atualizada pelo Decreto-lei nº 100/2017, de 23 de agosto) e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 9 de maio de 2018

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:


Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085

Relatório e Parecer do Fiscal Único

9



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Associados da,
AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
Lisboa

Em cumprimento do artigo 14.º dos Estatutos da Associação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório e contas apresentados pela Direção relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No desempenho das suas funções o Fiscal Único acompanhou a atividade da vossa Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direção quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão e atividades elaborado pela Direção, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Associação. Procedemos ainda, à análise e apreciação do relatório anual sobre a transparência previsto nos artigos 26º e 26º-A da Lei nº 26/2015, de 14 de abril, na redação atualizada pelo Decreto-lei nº 100/2017, de 23 de agosto.

Elaborámos o Relatório relativo à fiscalização anual e a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O relatório de gestão e atividades apresentado pela Direção deve ser aprovado.
2. As contas apresentadas pela Direção devem ser aprovadas.
3. O relatório anual sobre a transparência apresentado pela Direção deve ser aprovado.
4. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção deve ser aprovada.

Lisboa, 9 de maio de 2018

O FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:


Paulo Dinis Delgado Chaves – ROC n.º 1085